



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Preço: €2,5

Publicação Bimestral

N.º 93

Julho / Agosto 2019

Director: João Dinis

# Voz da Terra

## Desacelerar as Alterações Climáticas

Também passa pela promoção da Agricultura Familiar

CADERNO TÉCNICO: RNC 2050  
Desafios para a Alimentação

Co-financiado por:



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural  
A Europa investe nas Zonas Rurais

## SUMÁRIO

<b>FICHA TÉCNICA</b> .....	2
<b>EDITORIAL</b>	
Alterações Climáticas: Um breve olhar por de trás do “efeito estufa” ..	3
<b>DESTAQUE</b>	
Concentração de Delegações de Agricultores lesados pelos Javalis e outros animais .....	4-5
<b>NOTÍCIAS</b>	
“Reacenderam-se” a violência e a extensão de Incêndios Florestais .....	6
CNA recebida em audiência pelo Presidente da República .....	7
Reunião do Conselho Florestal Nacional .....	7
<b>OPINIÃO</b>	
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 – Agricultura/Pecuária.....	8
<b>CADERNO TÉCNICO</b>	
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 - Os desafios para a alimentação.....	9-24
<b>NOTÍCIAS</b>	
Produtores de Tomate para Indústria preocupados com campanha no Ribatejo.....	25
Assembleia Geral Eleitoral da BALADI .....	26
Assembleia Geral Eleitoral da ADADB .....	26
Agricultores do Distrito de Aveiro pedem rectificação das obras na Marinha de Ovar .....	27
CNA e Filiadas presentes em diversas feiras....	28
CNA leva testemunho da Agricultura Familiar portuguesa a iniciativa realizada em França.....	28
<b>ENTREVISTA</b>	
Entrevista a João Vieira, Guardião de Sementes .....	29-30
Agricultura Familiar no PDR2020.....	31



**A CNA está filiada na  
Coordenadora Europeia  
Via Campesina**



**CNA**

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

## FICHA TÉCNICA

### Propriedade e Edição

CNA – Confederação Nacional da Agricultura  
NIF: 500817812

### Morada / Sede da Redacção

Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA  
Tel.: 239 708 960 – Fax: 239 715 370  
E-mail: cna@cna.pt – URL: www.cna.pt

### Delegação em Lisboa

Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº  
1100-288 LISBOA  
Tel.: 213 867 335 – Fax: 213 867 336  
E-mail: cna.lisboa@cna.pt

### Delegação em Vila Real

Rua Marechal Teixeira Rebelo,  
Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158  
5000-525 VILA REAL  
Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153  
E-mail: cnavreal@sapo.pt

### Delegação em Évora

Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA  
Tel.: 266 707 317 – Fax: 266 707 317  
E-mail: ruralentejo@sapo.pt

### Delegação em Bruxelas

Rue de la Sablonière 18 – 1000 BRUXELAS  
Tel.: 0032 27438200 – Fax: 0032 27368251

### Título

Voz da Terra

### Director

João Dinis

### Coordenadora Executiva

Adélia Vilas Boas

### Fotos

Arquivo da CNA

### Redactores da Separata “Caderno Técnico”

Laura Tarrafa, Ângela Dias e Cláudia Filipe

### Periodicidade

Bimestral

### Tiragem

10000 exemplares

### Depósito Legal

N.º 117923/97

### Registo na ERC

123631

### Composição, Paginação e Impressão

Digipress, Lda.

*Os textos assinados  
são da responsabilidade dos autores*

### Estatuto Editorial

Disponível em: <http://www.cna.pt>

# Alterações Climáticas

## Um breve olhar por de trás do “efeito estufa”...

Ao longo da história, e já na história razoavelmente conhecida, sempre tem havido alterações climáticas onde presidiu a força “bruta”, mas natural da Natureza. Sim, enquanto houver mundo, haverá mudanças/alterações... com novas características.

Todavia, nestes últimos dois séculos (desde a industrialização), passou a intervir a Civilização no processo, ou seja, entrou a contar, e muito, a acção programada do Ser Humano. Basicamente, a Civilização constitui-se como uma espécie de “motor e acelerador” de várias alterações estruturantes, incluindo ao nível do clima e a degradar, em progressão, os recursos naturais.

### “Cortar” nas emissões de CO<sub>2</sub> (e Metano) e poupar na Água. Sim. Mas quem? Onde?

Também nisto, não somos todos iguais... não temos todos o mesmo nível de culpa quanto ao “fabrico” e emissão dos “GEE, Gases do Efeito Estufa”, por sua vez elementos que forçam as “alterações climáticas” que, dizem-nos, vão afectando o Planeta.

Ao fim e ao cabo, os grandes emissores de GEE são os sistemas e países mais industrializados, coincidentemente – ou não – os produtores/consumidores/exportadores mais “intensivos” de bens, mercadorias e alimentos que, aliás, fazem girar à volta do Planeta arrasando os sistemas mais locais e diferentes e poluindo a terra, o mar e o ar. Sim, para o tal “efeito estufa” não se importam eles de serem os maiores “contribuintes” ...

O “sistema dominante” até “inventou” o chamado “mercado do Carbono” para compra e venda (em leilões bolsistas) dos “créditos de Carbono”. Ou seja, os países com maior capacidade financeira e mais industrializados podem continuar a manter emissões brutais de Anidrido Carbónico (CO<sub>2</sub>), e outros gases, enquanto compram a outros países menos poluidores, e também menos “competitivos”, os tais “créditos de Carbono”... Para Portugal o “negócio” tem sido “lucrativo” do ponto de vista financeiro, com o actual “FA - Fundo Ambiental” a ser constituído também a partir de receitas do “mercado de Carbono”. Por exemplo, o Orçamento do Estado para 2019 prevê uma receita destas no montante de 238 milhões de euros, o que representa quase 57% do Fundo Ambiental 2019. Porém, este Fundo Ambiental tem sido gerido como um autêntico “saco azul” governamental...

Afinal é a “lei da selva” erigida à categoria de “dinâmica da civilização moderna”. Sim, são países ditos desenvolvidos ou a crescer muito e seus sistemas dominantes (classificados de neoliberais) que têm o pé no tal “acelerador” das “alterações climáticas”. Porém, com isso sofre o Mundo todo, fragiliza-se a Natureza e tira-se qualidade de vida, ou mesmo a vida, a milhões de Seres Humanos “desprotegidos”. E, agora, até o “polvo” FMI, Fundo Monetário Internacional, se propaga como arauto no combate às “alterações climáticas” ...

É preciso conquistar a inversão de opções económicas, sociais e políticas, até aqui estratégicas que jogam tudo na “competitividade”, nas produções (super) intensivas, na chamada “vocação exportadora”. Assim, no Agro-Florestal, a alternativa passa por se dar prioridade à Agricultura Familiar, às produções e modos de produção mais sustentáveis, aos mercados de proximidade entre Produção e Consumo, à Floresta Multifuncional. Para isso, e entre outras estratégias, é necessária uma outra PAC - Política Agrícola Comum.

O inverter a situação com as alterações climáticas e o aquecimento global - que boa parte da comunidade científica recomenda se faça urgentemente – exige a convergência de muitas lutas que se travam, ou a travar, em simultâneo embora também consoante as características individuais e colectivas, consoante a região e o país.

Sim, convergir é preciso! Em defesa da vida! A luta continua!



## Concentração de Delegações de Agricultores lesados pelos Javalis e outros Animais Selvagens

Delegações de Agricultores da região Centro do país lesados por javalis e outros animais selvagens, num total de centena e meia de Agricultores, concentraram-se, no dia 31 de Julho de 2019, frente ao Ministério da Agricultura, em Lisboa.

Nesta iniciativa convocada pela CNA e Filiadas – ADACO (Associação Distrital de Agricultores de Coimbra), BALAGRI (Associação dos Agricultores e Baldios da Região de Viseu), UADL (União de Agricultores do Distrito de Leiria) – foi dada voz a Agricultores de diversas localidades do país que vêm as suas culturas a ser destruídas por ataques de javalis e outros animais selvagens, os quais têm causado grandes prejuízos à Agricultura Familiar e às Produções Regionais afectadas. De notar que estiveram presentes Delegações solidárias de agricultores de Torres Vedras e uma associação nacional de caçadores.

Representantes das delegações presentes foram recebidos pelo Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento

Rural, Miguel Freitas, a quem entregaram um documento que explica a difícil situação que os Agricultores vivem devido aos ataques destes animais, cujas populações estão fora de controlo.

A CNA, as suas Filiadas mais envolvidas e as “Comissões de Agricultores lesados” mantêm as suas principais reclamações ao Ministério da Agricultura e ao Governo, nomeadamente, a atribuição de indemnizações pelos grandes prejuízos e medidas urgentes para controlar as populações de animais selvagens e de javalis em especial.

Como resposta, o Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural referiu que os Agricultores prejudicados devem apresentar “queixa” às autoridades competentes (GNR e ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) para que essa “queixa” fique formalizada e, posteriormente, seja estudada a possibilidade de pagar aos Agricultores os prejuízos causados. Referiu também que o ICNF vai organizar (mais) um “estudo” para saber



como e por onde andam as populações destes animais.

A CNA e Filiadas transmitiram aos presentes na Concentração a informação obtida, na ocasião, junto do Secretário de Estado das Florestas mas, ao mesmo tempo, reafirmam que por “queixas” a apresentar, inclusive em Tribunal, não se resolve os problemas e que a esmagadora maioria dos Lesados não apresenta esse tipo de “queixas”, enquanto que outras entidades envolvidas como as “zonas de caça associativa” e respectivas “associações de caçado-

res”, mormente no vasto minifúndio, não têm condições financeiras para pagar indemnizações dada, sobretudo, a grande amplitude dos prejuízos que, aliás, até tendem para aumentar...

Salientou-se, também, a aprovação pela Assembleia da República (Plenário de 19 de Julho de 2019) de uma “Resolução” que, entre outros pontos, recomenda ao Governo o pagamento de indemnizações aos Agricultores lesados.

Quanto aos já sucessivos “estudos” encomendados ao ICNF (ou pelo ICNF) para rastreamento das populações de javalis, estes devem produzir rapidamente bons resultados. Entretanto, reafirma-se uma pergunta ao Ministério da Agricultura: “quem é que vai alimentar os animais?”... É que os Agricultores não podem ser “condenados” a ter de alimentar os javalis (e outros animais) à custa das suas culturas e, até, das suas (pequenas) explorações!

Em suma, as nossas principais reclamações incidem no pagamento de indemnizações pelos prejuízos – a pagar pelo Ministério da Agricultura e pelo Governo – e no efectivo controlo das populações destes animais a começar pelo controlo sanitário, logo pelo rastreamento de eventuais doenças que, principalmente, os javalis possam transmitir.

Foi mais uma oportuna iniciativa. E nela se reafirmou: **“A luta continua!”**



### **UADL recebida na Assembleia da República**

A UADL – União de Agricultores do Distrito de Leiria, deslocou-se, no dia 4 de Julho, à Assembleia da República, onde foi recebida pelos Grupos Parlamentares do PCP, PS e PSD, a quem expôs os prejuízos causados por ataques de javalis e outros animais selvagens na região.

A UADL fez saber aos deputados que os estragos provocados pelos animais estão a levar muitos agricultores a deixar de semear as suas terras e solicitou a intervenção dos Grupos Parlamentares junto do Ministro da Agricultura e do ICNF, no sentido de serem tomadas medidas de defesa das culturas agrícolas e de indemnizar os agricultores pelas graves perdas sofridas.

## Em Vila de Rei, Sertã, Mação e Alijó reacenderam-se” a violência e a extensão de Incêndios Florestais

Os concelhos de Mação, Vila de Rei e Sertã arderam uma vez mais e com grande violência. Estes incêndios que se registam no mês de Julho queimaram 12 mil hectares em matos e floresta, ardendo também árvo-



res ainda em fase de regeneração depois de anteriores Incêndios. Entretanto, logo se seguiu o incêndio em Alijó e Murça, também este com grande violência e a destruir uma área significativa de mais de 600 hectares.

Sucessivos Governos e Governantes têm repetido que a principal causa dos grandes Incêndios Florestais radica no alegado abandono de dezenas de milhar de pequenas e médias parcelas rústicas por parte dos seus proprietários e na conseqüente falta de limpeza dessas parcelas. Desta forma, têm procurado desresponsabilizar-se pelas políticas agro-florestais nocivas que têm ajudado a definir e a aplicar nas últimas décadas.

Contudo, a CNA é da opinião de que o grande problema começa na ruína da Agricultura Familiar provocada sobretudo pela PAC e por políticas de opção mais nacional e continua na falta de um correcto Ordenamento Florestal que impeça o plantio, por dezenas de milhar de hectares seguidos, com árvores altamente combustíveis como são o eucalipto e o pinheiro. A florestação intensiva e em monocultura corresponde, assim, ao interesse estratégico da grande indústria de transformação de madeira, ou seja, das celuloses e agora também já dos aglomerados e das biomassas.

No contexto, a valorização da Floresta Multifuncional mais tradicional e o aumento do Preço da Madeira na Produção são elementos estruturantes, prioritários, para a Floresta, para a Prevenção de Incêndios e para o Ordenamento Territorial.

Após estes grandes incêndios que afectaram os concelhos de Mação, Sertã e Vila de Rei, foi criado pelo Ministério da Agricultura um Grupo de Trabalho, coordenado pelo INCF — Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, que vai elaborar o Plano Integrado de Transformação Territorial com o objectivo de recuperar a área ardida e activar a gestão agro-florestal e deverá ser apresentado até 30 de Abril de 2020.

## CNA recebida em audiência pelo Presidente da República



Fotografia: Miguel Figueiredo Lopes/Presidência da República

A seu pedido, uma delegação da Direcção da CNA reuniu em audiência com o Presidente da República, a 2 de Julho, no Palácio de Belém, em Lisboa.

No encontro, a CNA abordou os principais problemas dos pequenos e médios agricultores, nomeadamente as questões relacionadas com o rendimento e os preços à produção; as pragas e doenças que afectam as culturas, como os prejuízos causados pelos animais selvagens; a seca e as medidas de mitigação e apoio aos agricultores; a floresta e o apoio aos pequenos proprietários florestais; bem como a defesa de uma Casa do Douro pública que defenda os pequenos e médios vitivinicultores.

A necessidade de alteração do Estatuto da Agricultura Familiar nas condições de elegibilidade, assim como a concretização

efectiva desta figura essencial para o desenvolvimento da nossa Agricultura e do Mundo Rural foram outro dos pontos abordados na audiência com o Chefe de Estado.

A CNA alertou ainda o Presidente da República para os graves problemas que podem vir a acontecer com a intenção do Governo nas chamadas terras sem dono conhecido. Está claro desde o início de todo este processo que o grande objectivo não será a de ajudar os pequenos proprietários a manter as suas terras, mas sim proceder a uma verdadeira reestruturação da propriedade florestal no sentido da sua concentração em grandes grupos económicos. Se nada for feito poderemos estar perante uma verdadeira expropriação dos pequenos proprietários por falta de condições financeiras para manterem as suas terras.

## Reunião do Conselho Florestal Nacional

No dia 9 Julho de 2019, no Ministério da Agricultura, em Lisboa, reuniu o Conselho Florestal Nacional, tendo entre outros assuntos debatido o Inventário Florestal e o actual ponto de situação PDR 2020. À margem da ordem de trabalhos, foi criado por proposta do Ministro da Agricultura o Conselho Consultivo da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF).

Foram apresentados os principais resultados do 6º Inventário Florestal Nacional (2015) que será publicado no próximo mês de Outubro e cujos principais resultados podem ser consultados no sítio do ICNF.

A CNA mais uma vez denunciou a margi-

nalização dos pequenos e médios produtores florestais no acesso aos apoios aos projectos de investimento florestais e questionou o Ministério sobre o valor dos projectos aprovados na floresta em zonas do minifúndio.

Nesta reunião ficou claro para todos que no PDR 2020 o nível de execução no sector florestal está abaixo doutros e que no plano provisional estão previstos avisos até 40 milhões de euros.

Foram várias as organizações representadas neste Conselho que criticaram as medidas adoptadas pelo Governo para fazer face à prevenção e combate aos incêndios florestais.

## O “Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)” – Agricultura/Pecuária

Por João Dinis

“Todo o mundo é composto de mudança,  
Tomando sempre novas qualidades.

E, agora este mudar-se cada dia,  
Outra mudança faz de mor espanto:  
Que não se muda já como soía.

*Luís de Camões*

(“como soía” = como de costume)

Estes versos premonitórios foram escritos há uns 450 anos pelo mui sábio e talentoso Camões. Sim, enquanto houver mundo, haverá nele mudanças/alterações... com novas características.

Mas revisitando-se o tema do chamado “Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 – RNC 2050” pois apesar de o nosso País se manter abaixo da sua “quota” anual de emissões de “GEE, Gases do Efeito Estufa” para a atmosfera, o Governo Português, indo mais longe que o proposto no “Acordo do Clima de Paris” e pela própria União Europeia, de imediato decretou que Portugal vai atingir a “neutralidade (económica) carbónica” até ao ano de 2050. Donde, para o sector Agro-Florestal, logo apareceram os “mata vacas” mais declarados – nos quais se deve incluir o Ministro do Ambiente – a propor a redução, até 2050, de até metade (50%) do actual Efectivo Pecuário, em especial nos Bovinos (Leite e Carne)! Ora, tamanha “sentença de morte” logo provocou duras reacções “contra” por parte de vários Sectores, incluindo a CNA.

Ao mesmo tempo, para a Floresta, as projecções governamentais confiam demasiado em que S. Pedro “mande chover” no Verão para que, assim, não aconteçam os extensos e violentos Incêndios Florestais a consumir grandes áreas verdes – os ditos “sumidoiros” naturais do Carbono, CO<sub>2</sub> – e a devolverem à atmosfera, com o fogo, milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> “sequestrado” (retirado da atmosfera), durante décadas, sobretudo pelas Árvores que entretanto vão ardendo...

Mas uma questão que o Governo Português foge de encarar, é que até já temos mais que a “neutralidade carbónica” se se

relacionar a Agricultura e a Floresta nacionais porque são maiores as retenções de CO<sub>2</sub> pela Floresta e Prados do que as emissões de GEE (Pecuária). Portanto, tendo em conta os valores em causa nesta “balança carbónica”, é legítimo considerar, à partida, que não há razão a justificar a grande redução de emissões de GEE a impor à custa da redução da Pecuária/Bovinicultura!

### No actual “RNC 2050”, Governo muda formulações para esconder objectivos contraditórios

No actual “RNC 2050”, o Governo, receoso das reacções “contra”, mudou o discurso do qual desapareceram as quantificações práticas dessa redução de facto dos Efectivos Pecuários, embora lá permaneçam, “camufladas”, todas as intenções para esse efeito.

Eis, pois, outra das questões a que o Governo tem fugido a dar respostas esclarecedoras: quantas outras pequenas e médias Explorações de Bovinicultura vão ser “abatidas” até 2050 para dar “quota” de mega produção de GEE (e de leite e carne...) a estas e a próximas mega Explorações Pecuárias?

Ao invés, aquilo que o Governo também deve fazer para combater as “alterações climáticas” e promover a “poupança” de recursos naturais, é dar prioridade à Agricultura Familiar e aos modos de produção sustentável. É apoiar as pequenas e médias Explorações Pecuárias e a Floresta Multifuncional.

Para isso – **“A luta continua!”**.

*Salvemos as vaquinhas dos “mata vacas” a pretexto das das amissões de GEE - Gases do Efeito Estufa.*

# ROTEIRO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA 2050

## - Os desafios para a alimentação -

Por Laura Tarrafa, Ângela Dias e Cláudia Filipe

*“Reconhecer e distinguir a especificidade da Agricultura Familiar nas suas diversas dimensões: económica, territorial, social e ambiental.”*

alínea a) art.º 2 Decreto-Lei n.º 64/2018 de 7 de Agosto  
(Estatuto da Agricultura Familiar)

*“Os Estados cumprirão as suas respectivas obrigações internacionais de combate às mudanças climáticas. Os camponeses e outras pessoas que trabalham nas áreas rurais têm o direito de contribuir para a concepção e implementação de políticas nacionais e locais de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, inclusive através do uso de práticas e conhecimentos tradicionais.”*

Ponto 3 do Artigo n.º 18 da Declaração dos Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que vivem em Zonas Rurais (ONU, 2018 )

Co-financiado por:



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014-2020



PORTUGAL

2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural  
A Europa Investe nas Zonas Rurais

## 1. Introdução

O sistema agro-alimentar contribui para as mudanças climáticas e é vítima das suas consequências. Estima-se a diminuição dos rendimentos em 15,9% (em 2080), que 4 000 milhões de pessoas vivam com grande escassez de água (em 2050), a perda de milhões de hectares produtivos e o aumento dos preços dos produtos agro-alimentares<sup>1</sup> [1].

Os modelos agrícolas existentes são diversos, tal como os impactos associados a estes e, por isso, não têm a mesma responsabilidade. A agricultura e o sistema alimentar industrial são peças-chave desta crise: na actividade agrícola (ex. práticas de monocultura), na desmatização e desflorestação, na indústria e no processamento, no embalamento, no transporte a longas distâncias, no desperdício alimentar e no fim de vida dos produtos [1]. Por outro lado, os modelos de agricultura sustentável, como a Agricultura Familiar, de pequenas e médias explorações agrícolas, necessitam de menos factores de produção e, por isso, emitem menos Gases com Efeito de Estufa (GEE), mantendo níveis de sequestro de carbono consideráveis.

De 2007 a 2016, a Agricultura, as Florestas e o Uso do solo foram responsáveis por 23% das emissões de GEE mundiais ( $12 \pm 3 \text{ Gt CO}_{2\text{eq}}/\text{ano}$ )<sup>2</sup> e, ampliando a todo o sistema de produção mundial de alimentos, atinge os 37% [2]. O presente artigo pretende compreender o papel da Agricultura, das Florestas e dos Usos do solo no caminho para uma sociedade descarbonizada, com foco na recém-publicada *Estratégia de Longo Prazo para a Economia Portuguesa em 2050 – Roteiro para a neutralidade carbónica 2050 (RNC 2050)*.



## 2. Os desafios para a sustentabilidade

O modelo de desenvolvimento generalizado assenta, no essencial, no consumo de combustíveis fósseis, na sobreprodução, no consumo e no livre comércio que carrega elevados perigos para o ambiente.

Os avisos da comunidade científica, como o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)<sup>3</sup>, a influência da opinião pública e os fenómenos extremos mais recentes: períodos de seca prolongados, ondas de calor, tempestades, pragas e doenças, levam a que a comunidade internacional e os governos se desdobrem em acordos para impedir a ocorrência dos piores cenários.

### 2.1. O Acordo de Paris

A 4 de Novembro de 2016 entrou em vigor o Acordo de Paris, ratificado por 55 países (a 30 de Setembro por Portugal) responsáveis pela emissão da maioria dos GEE (55%) [3]. O acordo é uma resposta mundial às Alterações Climáticas (AC), rumo a um desenvolvimento sustentável, pela erradicação da pobreza e manutenção das condições de vida na Terra sem consequências gravosas. Os objectivos do Acordo são:

1. Limitar o aumento médio da temperatura global abaixo dos 2.º C, fixado em 1,5 °C (níveis pré-industriais [1850-1900]);
2. Aumentar a capacidade de adaptação a impactos adversos, promover a resiliência climática e o desenvolvimento de baixo carbono;
3. Tornar os fluxos financeiros consistentes com o desenvolvimento resiliente e de baixo carbono.

Para cumpri-los cabe aos países signatários apresentar uma estratégia de desenvolvimento baixa em emissões de GEE, com o objectivo central de atingir a neutralidade carbónica na metade do século XXI. Este acordo converge na Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC) que pretende “estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa a um nível que evite a interferência antropogénica perigosa com o sistema climático;” [3].

<sup>1</sup> Preço dos cereais 2050: trigo (+170 a 194%); arroz (+ 113 a 121 %); milho (148 a 153 %).

<sup>2</sup> 13% CO<sub>2</sub>, (Dióxido de Carbono) 44% CH<sub>4</sub> (Metano) e 82% N<sub>2</sub>O (Óxido Nitroso) das emissões mundiais.

<sup>3</sup> IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change.

## 2.2. Um planeta limpo para todos – Comunicação da UE

A União Europeia (UE) é responsável por 10% das emissões de GEE globais e lidera a transição para uma economia de baixo carbono, com uma projecção de redução de 85-90% em 2050 (1990) [4].

A combinação das políticas europeias, por exemplo do quadro legislativo Clima e Energia 2030, que antecipa uma redução de 45%, em 2030, e de 60%, em 2050, valores ainda insuficientes para cumprir o Acordo de Paris [4]. Desta forma, ajustada à preocupação generalizada dos cidadãos dos países-membros, a UE lança a visão estratégica europeia a longo prazo para uma economia próspera, moderna, competitiva e neutra em carbono, que exige a transformação social e económica, com todos os sectores da economia e da sociedade para uma transição justa, que aumente a competitividade da UE no Mundo, que garanta emprego de qualidade e crescimento sustentável e promova sinergias com outros desafios ambientais (ex. ar ou a biodiversidade). Os caminhos sugeridos vão ao encontro do Acordo de Paris.

A UE reconhece o papel de sumidouro de carbono da agricultura e das florestas (média: -300 MtCO<sub>2eq</sub>/ano), mas insuficiente para compensar as emissões, sugerindo a promoção da bioeconomia, a diversificação da produção agrícola, pecuária e florestal, o aumento da produtividade e adaptação às mudanças climáticas, preservação e restauro dos ecossistemas e o uso e manutenção sustentável das terras [4].



## 3. Portugal: A emissão de GEE e os compromissos

Regra geral, a trajectória da economia acompanha a evolução das emissões de GEE. No caso português assistiu-se a um incremento da

emissão de GEE nos anos 90 – associado ao aumento do consumo de energia e dos transportes – com um pico de emissão de 44% (face a 1990) em 2005 e posterior diminuição. Todavia, esta diminuição foi anterior ao período de recessão económica de 2011-2013, devendo-se, no essencial, à introdução de melhores tecnologias, combustíveis menos poluentes, crescentes fontes de energia renovável ou a optimização na gestão de resíduos na economia portuguesa (Figura 1).

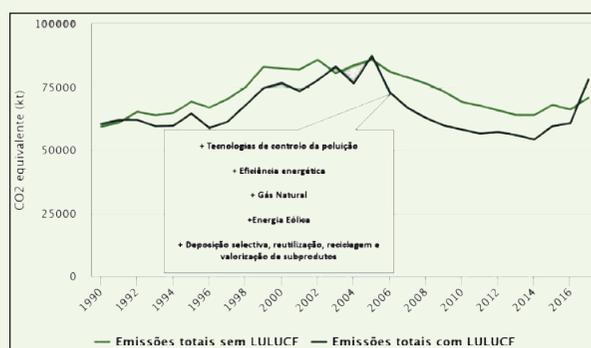
Em 2017, Portugal emitiu 78,0 MtCO<sub>2eq</sub>, um aumento de 29,2% (face a 1990) e 28,5% (em relação a 2016). Os grandes incêndios florestais de 2017 contrariaram a capacidade de segregação de carbono e da diminuição das emissões nacionais (Figura 1).

A economia nacional está em processo de descarbonização desde 2005, verificando-se a dissociação do crescimento económico e do acréscimo de emissões de GEE, ou seja, com menos carbono emitido produz-se a mesma riqueza (Figura 2). Esta situação justifica-se por alterações no sector energético, por exemplo, pelo uso de mais fontes de energia renovável e maior eficiência energética.



Portugal cumpre as exigências do Regulamento de Partilha de Esforços, tendo as emissões nacionais ficado abaixo das metas anuais para os anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. As emissões nacionais não-CELE para os primeiros anos do segundo período de cumprimento do Protocolo de Kyoto (2013-2020) são inferiores às metas acordadas no âmbito da Partilha de Esforços entre os Estados-Membros, salientando-se uma tendência de decréscimo das emissões não-CELE desde 2005. Em 2017 a redução era cerca de 18% (face a 2005), por isso, Portugal encontra-se em cumprimento com o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) (Tabela 1).

**Conclui-se que Portugal tem uma boa prestação no âmbito climático e com tendência para a descarbonização económica [6].**



**Figura 1** - Evolução das emissões nacionais de gases com efeito de estufa [5]



**Figura 2** - Emissão de GEE por unidade de PIB [5]

**Tabela 1** – Compromissos nacionais e internacionais de Portugal na área do clima [5]

Acordo de Paris	Limitar o aumento da temperatura média global a menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C
Pacote Energia-Clima 2020	Redução mínima de 20% das emissões de GEE, em relação a 1990 (UE)* *Metas de Kyoto
Pacote Europeu de Energia e Clima para 2030	Redução mínima de 40% das emissões de GEE, em relação a 1990 (UE); Uso de energia renovável de 32% e uma meta de eficiência energética mínima de 32,5%.
Regulamentos de Partilha de Esforços	2013-2020: Limitar o aumento das emissões de GEE dos sectores não-CELE a 1% (2005); 2021 e 2030: Redução das emissões em 30% (relativas a 2005) nos sectores não-CELE.
PNEC 2021/2030	Metas e objectivos nacionais em matéria de emissões de GEE, energias renováveis, eficiência energética, segurança energética, mercado interno e investigação, inovação e competitividade.
PNAC 2020/2030	Trajectória de redução das emissões nacionais GEE e alcançar metas (relativas a 2005): <ul style="list-style-type: none"> <li>-18% a -23% (68 a 72 Mt CO<sub>2eq</sub>) em 2020;</li> <li>-30% a -40% (52,7 a 61,5 Mt CO<sub>2eq</sub>) em 2030;</li> </ul> Assegurar os objectivos de redução nos sectores não-CELE (2020, 2030): Serviços: - 65% e -69%; Residencial: - 14% e -15%; Transportes: - 14% e - 26%; Agricultura: - 8% e - 11%; Resíduos: - 14% e - 26%.

### 3.1. Desagregação das emissões GEE por sector

O sector da produção e transformação de energia e o dos transportes (domina o rodoviário) são os principais responsáveis pelas emissões de GEE, representando 50% das emissões nacionais. De realçar que a agricultura, as pastagens, as florestas e os matos são o único sector que segrega carbono. Em 2015, Portugal era um emissor líquido de GEE num total de 60 Mt CO<sub>2eq</sub> (Figura 3).

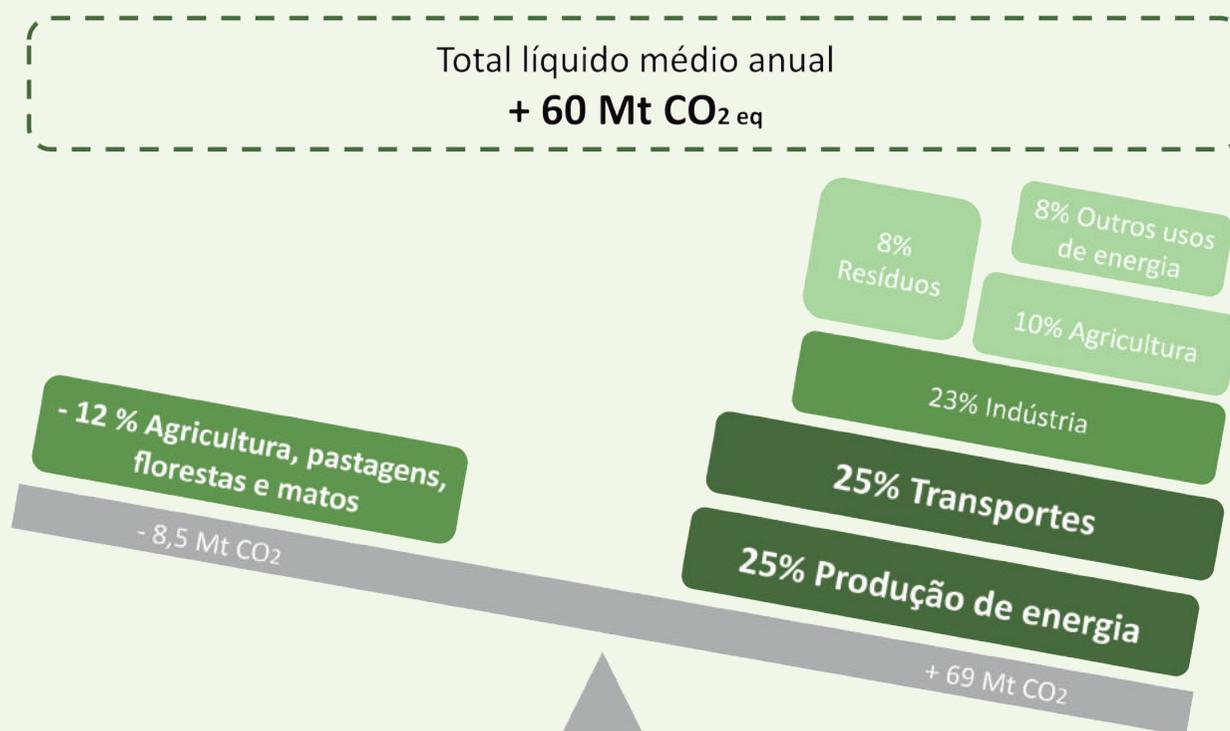


Figura 3 - Balanço das emissões e sequestro de GEE por sector [6]

### 4. O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)

Na 22.<sup>a</sup> Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (Marraquexe, 2016), o Governo Português propôs-se atingir a neutralidade carbónica em 2050. Esta intenção é materializada no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) – Estratégia de Longo Prazo para a Economia Portuguesa em 2050, anexo à Resolu-

ção do Conselho de Ministros n.º 107/2019<sup>4</sup>. O trajecto regressivo das emissões de GEE tem como objectivo reduzir 85-90% (face a 2005) das emissões nacionais em 2050. **As emissões remanescentes serão compensadas pelas actividades de uso do solo e da floresta, isto é, pelos sumidouros de carbono** (Tabela 2). Exclui-se a possibilidade de recorrer a créditos de carbono internacionais (Mercado de Carbono).

<sup>4</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019 (2019.07.01), publicado no Diário da República n.º 123/2019, Série I (pág. 3208 – 3299).

**Tabela 2** – Metas de redução de emissões de  $\text{CO}_{2\text{eq}}$

Até 2030	Até 2040	Até 2050
45 - 55%	65 - 75%	85 - 90%

## 4.1. Cenários macroeconómicos

O RNC 2050 é sustentado em três cenários macroeconómicos de projecção da economia portuguesa:

- *Fora de Pista*: Conserva a estrutura económica, as tendências e as políticas de descarbonização em vigor;
- *Pelotão*: Evolução socioeconómica compatível com a neutralidade carbónica e a aplicação de novas tecnologias, mas sem alteração significativa das estruturas de produção nem de estilos de vida. Assume a incorporação modesta de modelos de economia circular e manutenção das assimetrias de densidade populacional;
- *Camisola amarela*: Evolução socioeconómica compatível com a neutralidade carbónica, com a alteração estrutural e transversal das cadeias de produção, pela combinação de tecnologias da 4ª. Revolução Industrial, a incorporação do modelo de economia circular e crescimento das cidades de média dimensão.

## 4.2. Visão estratégica e os princípios fundamentais

O RNC 2050 estabelece as principais linhas e as alterações necessárias para atingir o objectivo da neutralidade carbónica. A visão estratégica é definida em articulação com outros instrumentos de gestão (ex. Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território) e com base nas oito premissas apresentadas de seguida. A visão estratégica integra todos os sectores da economia e pretende que tal se reflecta nas estratégias sectoriais para os próximos 30 anos.

### Princípios

1. Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar;

2. Identificar vectores de descarbonização e linhas de actuação;
3. Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas;
4. Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave;
5. Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento;
6. Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território;
7. Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objectivo da neutralidade carbónica (governança) e assegurar a integração dos objectivos de neutralidade carbónica nos domínios sectoriais;
8. Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a acção individual e colectiva.

## 4.3. Agricultura, Floresta e outros usos do solo

O sector emitiu 6,8 M tCO<sub>2eq</sub> (2015) enquanto a floresta foi um sequestrador líquido de



11 M tCO<sub>2eq</sub> (2015). Assim, o sector representou cerca de 10% das emissões nacionais (Figura 4).

As emissões na agricultura têm, na sua grande maioria, origem na produção animal (83%). Os principais vectores de emissão são os pro-



**Figura 4** – Tendências evolutivas da contribuição do sector da agricultura para as emissões nacionais de CO<sub>2eq</sub> [5].



cessos de fermentação entérica, a gestão dos efluentes pecuários, a deposição directa em pastagens e a aplicação de efluentes pecuários nos solos agrícolas. As restantes emissões do sector derivam do uso de fertilizantes minerais, correctivos calcários e dos resíduos de culturas não removidas dos solos agrícolas (17%).

Os principais gases contribuintes para o efeito de estufa emitidos pelo sector são o metano (CH<sub>4</sub>)<sup>5</sup> e o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O)<sup>6</sup>, representando 40% e 73% das emissões nacionais, respectivamente.

Segundo o RNC 2050, as oportunidades de melhoria da prestação do sector passam pela redução das emissões na digestibilidade alimentar animal, **na melhoria da gestão dos efluentes nas produções intensivas, na alteração dos modos de produção** (aposta na agricultura biológica, de conservação e de pre-

cisão), **na melhoria de gestão da floresta, no ordenamento do território e nas políticas de apoio ao investimento.**

#### *Perspectivas de redução de emissão*

A capacidade de redução das emissões de GEE no sector está limitada à sua resposta tardia, pelas características próprias (sistema biofísico), por isso, assistimos a um aumento das emissões em 2020, seguida de diminuição gradual nas décadas seguintes (Figura 5).

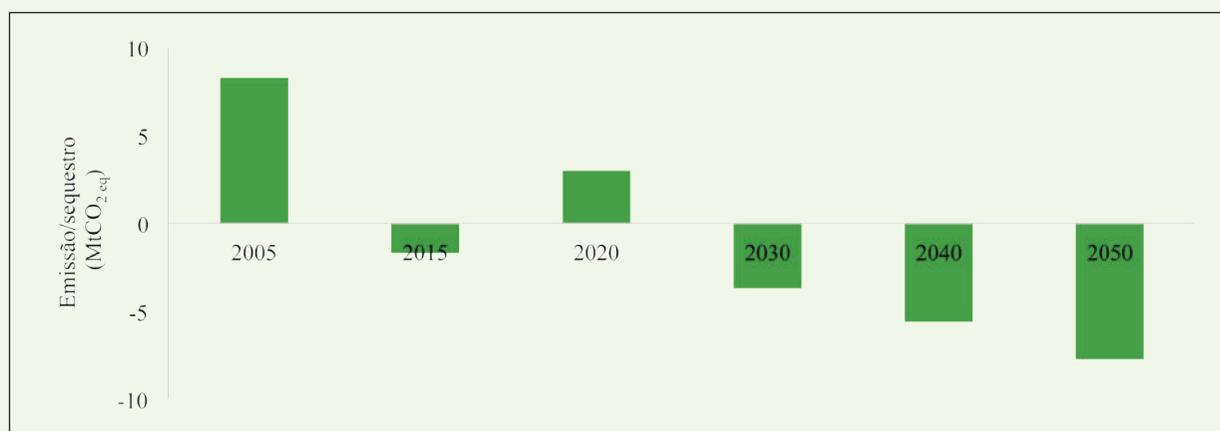
#### *Principais vectores de descarbonização*

- **Produção animal e solos com pastagens**

- ✓ *Medida 1.* Alteração dos efectivos das diferentes espécies animais;

<sup>5</sup> Potencial de aquecimento global (GWP) = 28 (a emissão de 1 milhão de toneladas métricas de metano é equivalente a emissões de 28 milhões de toneladas métricas de CO<sub>2</sub>)

<sup>6</sup> Potencial de aquecimento global (GWP) = 265 (a emissão de 1 milhão de toneladas métricas de óxido nitroso é equivalente a emissões de 265 milhões de toneladas métricas de CO<sub>2</sub>).



**Figura 5** - Total de emissão de GEE (Agricultura, floresta e outros usos do solo): Projecções [6]

- ✓ *Medida 2.* Alteração da dieta animal e da digestibilidade da alimentação animal, pela alteração das composições das pastagens e forragens, no aumento do teor de gordura na alimentação e nos aditivos alimentares, na melhoria da produtividade, no melhoramento genético e no aumento do uso de suplementos alimentares.
- ✓ *Medida 3.* Alteração do sistema de gestão dos efluentes animais nos sistemas de pecuária intensiva, nomeadamente pela progressiva alteração para sistemas com menores factores de emissão (Ex. substituir lagoas anaeróbias por tanques e compostagem).
- ✓

**Tabela 3** – Estimativa do impacto da adopção da medida 1, 2 ou 3.

2030	2040	2050
-177 kt CO <sub>2</sub> eq	-374 kt CO <sub>2</sub> eq	- 564 kt CO <sub>2</sub> eq

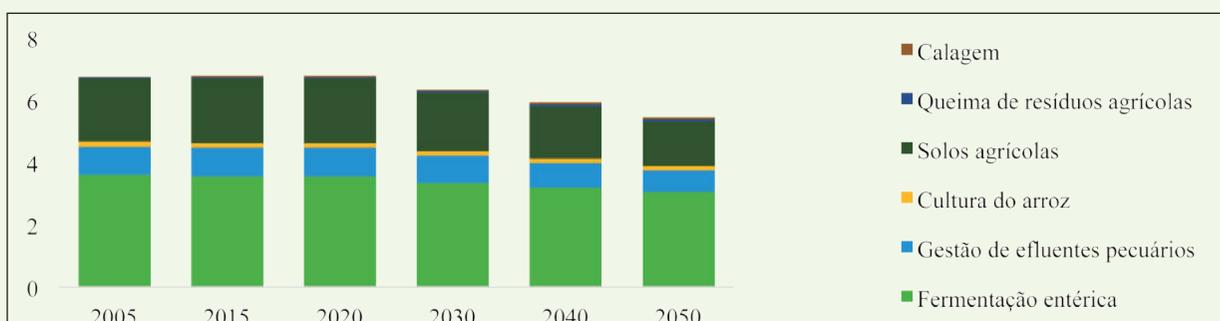
- ✓ *Medida 4.* Aumento do teor de matéria orgânica (MO) nos solos ocupados por pastagens, de forma a aumentar a capacidade de sequestros de carbono, através de pastagens semeadas, melhoradas e biodiversas (Tabela 4).
- ✓

**Tabela 4** – Estimativa do impacto da adopção da medida 4.

Área pastagens biodiversas	2050
250.000 ha (+ 400%)	- 0.76 Mt CO <sub>2</sub> eq

**• Produção vegetal e solos com agricultura**

- ✓ *Medida 5.* Alteração da área agrícola total e da área de diferentes culturas, tendo em conta as alterações associadas à abertura dos mercados a países



**Figura 6** –Emissão de GEE (MtCO<sub>2</sub>eq) na Agricultura: Calagem, Queima de resíduos agrícolas, Solos agrícolas, Cultura do arroz, Gestão de efluentes pecuários e Fermentação entérica [6].

externos à UE, e a consequente alteração de necessidades (ex. aumento da procura de hortícolas, frutos secos e frescos e o olival).

- ✓ *Medida 6.* Substituição de fertilização mineral por fertilização orgânica, com o aumento do uso de produtos compostos com origem em resíduos pecuários ou orgânicos de outras origens.
- ✓ *Medida 7.* Redução das quantidades totais de fertilizantes por unidade de área pela adopção de técnicas de agricultura de precisão.
- ✓ *Medida 8.* **Aumento do teor de MO nos solos, pelo aumento da área de agricultura de conservação (ou regenerativa), aumento da área de agricultura biológica e/ou substituição de fertilização mineral por fertilização orgânica.**



**Tabela 5** - Estimativa do impacto da adopção da medida 5, 6, 7 e 8.

2030	2040	2050
-177 kt CO <sub>2eq</sub>	-331 kt CO <sub>2eq</sub>	- 639 kt CO <sub>2eq</sub>

• **Sequestro na floresta e restantes usos do solo**

- ✓ *Medida 9.* Garantir uma forte redução das áreas ardidas (- 60%, 70 000 ha área ardida/ano) e acautelar o destino das terras no pós-incêndio, pela ade-

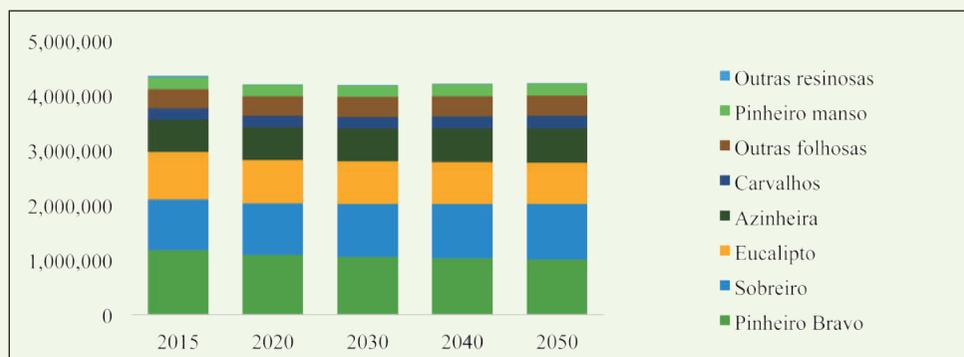
quação das espécies usadas na reflorestação, redução da desflorestação no pós-incêndio (evitar a conversão de árvores para matos), maior utilização de técnicas de prevenção contra incêndios (ex. uso de pequenos ruminantes na redução de cargas combustíveis).

- ✓ *Medida 10.* Melhorar a gestão florestal e alcançar aumentos de produtividade média, pela melhor gestão e prevenção contra incêndios pelo uso de variedades mais produtivas e mais bem-adaptadas e aumento da densidade de espécies para produção e protecção (Figura 7).
- ✓ *Medida 11.* Reflorestação com o aumento da taxa de reflorestação para 8 000 ha/ano e redução da taxa de expansão de outros usos (urbanizadas, alagadas ou matos) (Figura 8).

Para o sector da agricultura, floresta e outros usos do solo, as apostas do RNC 2050 passam pela agricultura biológica, de conservação e de precisão; as pastagens biodiversas; a melhoria da digestibilidade da alimentação animal e da gestão de efluentes pecuários; a redução do uso de fertilizantes sintéticos e substituição por composto orgânico; a diminuição da área ardida e a melhoria da produtividade florestal. Assim, considera-se possível diminuir 60% as emissões da agricultura relativas a 2015 (Figura 9) e na floresta aumentar a segregação para 13 MtCO<sub>2eq</sub> (Figura 10).

**4.3.2. Orçamento**

Para o período de 2021-2050, prevê-se um investimento em tecnologias que permitem alcançar os objectivos supracitados de 19 milhões de euros/ano, num total de 570 milhões de euros para o período correspondente.



**Figura 7** – Área de ocupação do solo (ha) por espécies florestais [6]

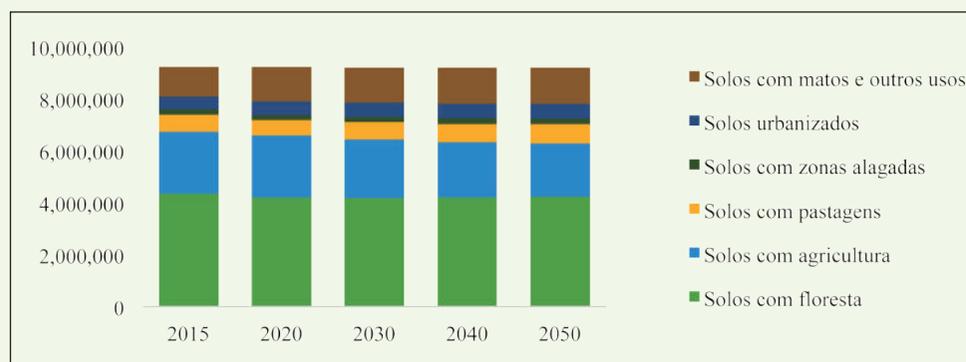


Figura 8 – Área de usos do solo (ha) [6]

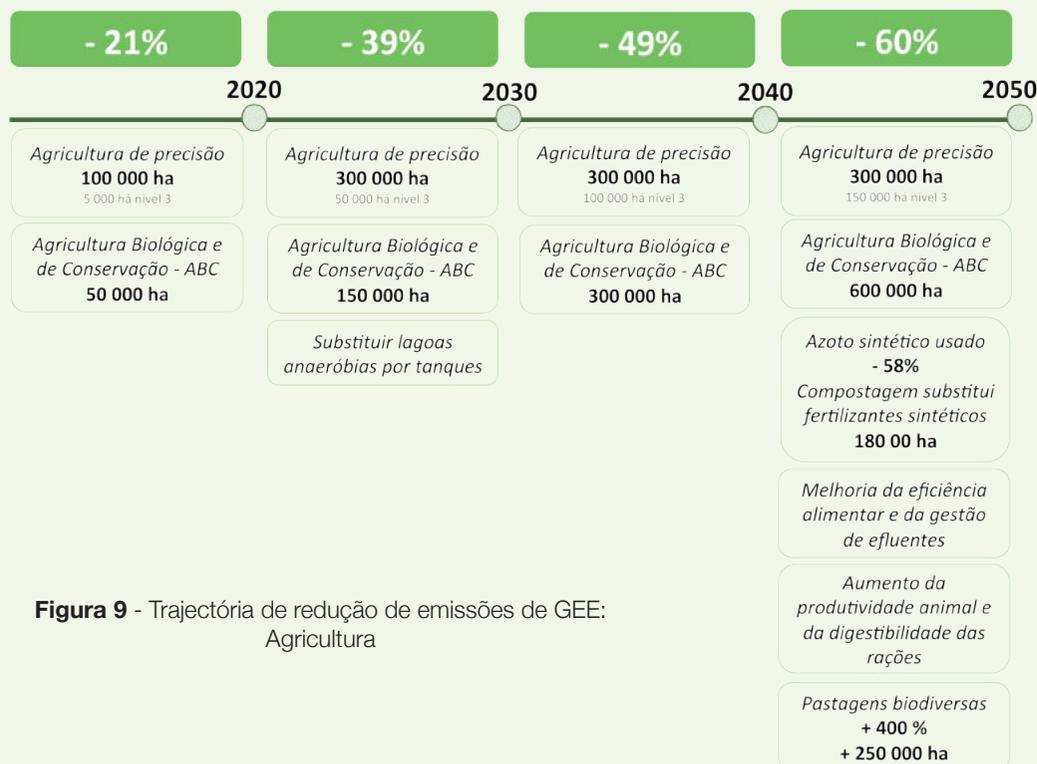


Figura 9 - Trajectória de redução de emissões de GEE: Agricultura



Figura 10 - Trajectória de redução de emissões de GEE: Floresta.

### 4.3.3. Apontamento da participação da CNA na consulta pública

A CNA, valorizando a transformação para uma economia mais sustentável, considera que:

#### **Agricultura**

Embora o documento actual seja omissivo em metas de redução de efectivos (contrariamente à consulta pública), afirma-se que “As emissões na agricultura têm vindo a aumentar desde 2013, em resultado sobretudo do aumento do número de efectivos pecuários, designadamente bovinos não leiteiros”<sup>7</sup> e que para atingir a neutralidade carbónica “...contribuirão fundamentalmente as alterações nos efectivos das diferentes espécies...”<sup>8</sup>.



Mantem-se, assim, a porta aberta ao corte do efectivo bovino, agravado pela concretização do acordo de livre comércio entre a UE e o Mercosul, algo que o Sr. Ministro do Ambiente já tinha definido como solução para colmatar as necessidades de consumo nacionais (défice de carne bovina actual: 50%)<sup>9</sup>. A agricultura de precisão parece estar associada a um tipo de agricultura em que está ausente o agricultor e a terra é dispensável e, desta forma, perde-se o interesse social e ambiental. Para além disso, o documento previa um aumento da produção de suínos<sup>10</sup>.



Não se considera a necessidade de fixar e melhorar a vida das populações no apoio à produção ou na garantia de serviços públicos às populações.



#### **Floresta**

Previsão de diminuição da área ardida com base no voluntarismo, sem a aposta numa floresta resiliente ao fogo através de melhores preços à produção de madeira.

Necessidade de eliminar medidas de esbulho da pequena propriedade e de leis autoritárias de limpeza de floresta (vários crimes ambientais já cometidos).

Perigo do aumento da contribuição da biomassa para a indústria em que a terra perderá o seu papel de produção de alimentos para produção de subprodutos.

<sup>7</sup> Pág. 3258 do Diário da República, 1ª Série – N.º 123, 1 de Julho de 2019.

<sup>8</sup> Pág. 3260 do Diário da República, 1ª Série – N.º 123, 1 de Julho de 2019.

<sup>9</sup> Ferreira, L., Abecassis, T., e Costa, J.D., Entrevista de 4 de Dezembro de 2018 ao Jornal Público: *Menos vacas e menos incêndios florestais: como descarbonizar um país*. <https://www.publico.pt/2018/12/04/economia/entrevista/menos-vacas-incendios-florestais-descarbonizar-pais-1853371> (consultada no dia 5 de Agosto de 2019).

<sup>10</sup> 77% da Produção mundial animal são suínos e aves – Maioria em sistemas de produção intensivos, são monogástricos e libertam óxido nítrico e dióxido de carbono que perdura na atmosfera mais de 100 anos; 22% da Produção mundial animal são bovinos, com sistemas de produção que dependem do contexto e da região. São ruminantes por isso libertam essencialmente metano que, embora tenha um elevado potencial de aquecimento global dura 10 anos na atmosfera. (EL PAÍS 10/08/2019).

## 5. A Agricultura Familiar como resposta aos desafios climáticos

A industrialização da agricultura, após a “Revolução Verde”, e as economias dos países fortemente industrializados são as principais fontes de emissão de GEE, destacando-se as actividades de transporte intercontinental de alimentos – fortalecidas com o recente acordo celebrado entre a UE e o Mercosul –, a monocultura intensiva, a destruição das terras agrícolas e da floresta e o uso de químicos. Do outro lado estão os pequenos e médios agricultores, os agricultores familiares e as comunidades rurais que serão (já são) os primeiros a sentir os impactos das mudanças climáticas, concretizados em novas pragas (ciclos biológicos alterados) e doenças, secas, inundações, tempestades que levam à destruição de culturas, de espécies animais e vegetais, das terras, das casas, das comunidades e da sabedoria tradicional (ex. sementes e sistemas de produção), tornando os agricultores mais vulneráveis e dependentes de factores de produção e técnicas externas.



### 5.1. Principais vectores de poluição da agricultura industrial

Hoje os alimentos (frescos, embalados ou processados) percorrem desnecessariamente dezenas de milhares de quilómetros por todo o mundo para serem consumidos, causando um impacto ambiental gigantesco com a libertação de toneladas de CO<sub>2</sub> para a atmosfera (transporte, embalagem, refrigeração). Segundo o IPCC, uma percentagem significativa das emissões

de GEE está associada ao transporte a longas distâncias do sistema agro-industrial [1].



**Figura 11-** Segundo a UNITERRE<sup>11</sup> a importação de 1 Kg de espargos produzidos no México e consumidos na Suíça apresenta um consumo de petróleo 16,7 vezes superior relativamente à situação de produção e consumo na Suíça [1].

Os modos de produção intensivos são privilegiados no sistema agro-industrial para maximização dos lucros e das produções. Para tal, recorrem, com frequência, ao uso de fertilizantes e pesticidas (N<sub>2</sub>O), já que as práticas intensivas destroem os processos de regeneração natural do solo (ex. nutrição). Na Europa, mais de 40% da energia consumida nas explorações está associada ao processamento de fertilizantes com azoto, e a restante associada a outras actividades da exploração como a utilização crescente de maquinaria [1].



**Figura 12-** Estimativa de consumo de energia no sistema agro-industrial

Estima-se ainda que, com este modelo, 28% da superfície agrícola mundial é usada para produzir alimentos que contribuem para o **desperdício alimentar**, acabando no lixo, e representam cerca de 8% a 10% dos GEE mundiais: desperdício na produção, distribuição e, essencialmente, doméstico (etiquetas de consumo preferencial, porções enormes ou sobreconsumo). A introdução de químicos, as queimadas para

<sup>11</sup> Organização de Agricultores Suíços

plantações de monocultura ou para pastagens, a destruição de pântanos e da biodiversidade, criaram um desequilíbrio dos ecossistemas e, também, do ciclo de carbono. A Directiva Quadro do Solo (2006) reconhece a importância das funções do solo para o equilíbrio dos ecossistemas, como a produção de biomassa, a preservação da biodiversidade, fonte de carbono e um arquivo do património geológico e arqueológico. As actividades agrícolas interferem no solo e alteram as suas funções, por exemplo, pela remoção do coberto vegetal, abandono dos terraços, aumento da dimensão das parcelas, sementeiras tardias dos cereais de Inverno ou a utilização inadequada de maquinaria pesada. Assim, podem acelerar o processo de degradação da terra induzido pela erosão e conduzir ao aumento da emissão de carbono. A **conservação do solo**, melhorando a estrutura e composição, permitirá garantir a adequada recarga dos aquíferos (aumentar a quantidade de água disponível para períodos secos), o amortecimento dos picos de cheia ou a qualidade da água, recuperar a nutrição e alavancar o potencial de segregação de carbono.



A **diversidade biológica**, vegetal e animal, é uma reconhecida ferramenta de adaptação às alterações climáticas, no entanto, pelo afunilamento do foco na produtividade, o leque de diversidade fechou-se. Por exemplo, das 80 000 espécies comestíveis disponíveis para

produção agro-alimentar, somente 150 são actualmente cultivadas [7]. Também as **pragas e doenças**, com o aumento da resistência química a tratamentos, são um problema crescente para a produção.

### As falsas soluções: exemplo do mercado de carbono

A criação do mercado de carbono, por planos internacionais e do Protocolo de Kyoto, permite aos Estados comprar o direito a contaminar (de acordo com a cotação do CO<sub>2</sub> – mercado livre), sem que haja, por si só, uma efectiva redução da emissão de carbono. Outros programas permitem ainda que países industrializados (mais ricos) neutralizem as emissões com investimentos em grandes plantações noutros países (menos desenvolvidos).

### 5.2. A Agricultura Familiar é parte da solução

Os modelos de produção e comercialização de bens e produtos agro-alimentares são distintos no modo e também nos impactos ambientais, nas populações, na economia e nos territórios. Em especial, a Agricultura Familiar, das pequenas e das médias explorações, poderá dar um contributo essencial ao combate, mitigação e adaptação às mudanças climáticas *desde que se potencie a capacidade produtiva da Agricultura Familiar, da pequena e média agricultura, com base em modelos de produção sustentáveis e de realocização do consumo.*

De seguida, apresenta-se a estimativa do contributo da Agricultura Familiar com uma estimativa da redução da emissão de GEE [1].



### Preservação do solo (Menos 20% a 35% GEE)

A degradação dos solos nos últimos 50 anos, em consequência de factores como a erosão, a perda de matéria orgânica, a salinização, a

acidificação, a perda de nutrientes pela aplicação de práticas intensivas, foi de 30 a 60 t MO/ha<sub>terra agrícola</sub> e, assim, perdeu-se a capacidade de segregar 220 000 a 330 000 milhões de t CO<sub>2eq</sub>. A recuperação dos solos e da sua capacidade de segregar matéria orgânica passa, necessariamente, pela utilização de técnicas sustentáveis que permitirão uma recuperação média de 60 t MO/ha<sub>terra agrícola</sub>, facilitando:

- Segregação de milhões de toneladas de CO<sub>2eq</sub> no solo (melhoria da estrutura e composição);
- Redução da emissão de N<sub>2</sub>O e CH<sub>4</sub> pelos solos e aterros sanitários (resíduos);
- Fertilizantes químicos progressivamente desnecessários.

### Produção integrada e diversificada de culturas e animais (Menos 5% – 9% GEE)

A Agricultura Familiar, normalmente, assenta na policultura, sendo suporte de uma biodiversidade única, não só das espécies agrícolas, mas também de um conjunto de outras espécies que beneficiam com a existência deste tipo de agricultura. Para além disso, não está tão dependente do uso de fertilizantes e pesticidas, com grande impacto na degradação dos recursos naturais, pelo que recorre a mais mão-de-obra e menos energia. Ao longo de gerações, os sistemas produtivos foram desenvolvidos e tornados mais complexos, diversificados e adaptados localmente, sustentados em técnicas e práticas agrícolas (algumas já com o conceito de economia circular) para assegurarem a alimentação das comunidades e a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

- Eliminação de emissões de CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O (estrumes e chorumes);
- Redução do transporte da alimentação animal e de produto final;
- Melhoria da alimentação animal para redução da produção de CH<sub>4</sub> de bovinos, ovinos e caprinos;
- Menos *inputs* químicos e práticas de conservação do solo, como a rotação de culturas e o pastoreio rotativo.

### Produção local e consumo local (Menos 10% a 12% GEE)

- Redução do transporte mundial (e também local), das necessidades de refri-



geração e conservação, de embalagem e tipologia mais simples (consumos energéticos e de água);

- Processamento de alimentos mais próximo;
- Menos refrigeração doméstica;
- Garantir às populações o direito humano a uma alimentação segura, fresca e nutritiva, com uma distribuição justa e equitativa de forma a reduzir o desperdício.

### Reduzir o desmatamento e a deflorestação (Menos 15% a 18% GEE)

- Deter e reverter as plantações de monocultivo;
- Apoiar sistemas diversificados que incorporem árvores e florestas;
- Abandonar os agrocombustíveis e descentralizar a produção de energia.

### 5.3. Relatório especial da 50.ª Sessão do Grupo Intergovernamental de especialistas para as Alterações Climáticas das Nações Unidas - Recomendações

O relatório especial do IPCC sobre alterações climáticas, desertificação, degradação e gestão sustentável do solo, segurança alimen-

tar e fluxos de gases com efeito de estufa no ecossistema terrestre prepara as futuras negociações (Dezembro, Santiago do Chile) para atingir os objectivos do Acordo de Paris.

O estudo indica que 70% das terras usadas pela actividades humanas estão degradadas e a expansão da agricultura e da silvicultura aumentam a emissão de  $\text{CO}_{2\text{eq}}$  e a perda de biodiversidade. Os especialistas aconselham os governos a promover políticas de mudança de comportamento: no uso do solo, na gestão da floresta e no regime alimentar [8]. De entre as recomendações do IPCC aos Governos, destacam-se:

- Melhorar o **acesso aos mercados** (factores de produção, venda de produtos e serviços financeiros) e promover a expansão de sistemas de comércio;
- **Assegurar o acesso à terra**;
- Facturar custos ambientais na alimentação e pagar pelos **serviços de ecossistema** prestados;
- **Melhorar a acção colectiva local e comunitária**, a gestão local dos recursos naturais e incentivar as práticas agrícolas que incluam conhecimento indígena e local (Ex. preservação de turfeiras);
- **Valorização do papel da mulher agricultora**: capacitar para fomentar sinergias para a alimentação segura das famílias, no acesso e gestão sustentável da terra, no acesso a programas e financiamento, apoio na saúde, educação, formação e capacitação de mulheres e divulgação de programas através de parcerias baseadas em organizações;
- **Reformar sistemas de subsídios**;
- **Saúde**: melhorar a nutrição (aumentar a diversidade de alimentos) pela contratação pública, seguro de saúde, incentivos financeiros e campanhas de consciencialização e promover dietas baseadas em directrizes de saúde pública<sup>12</sup>.



## 6. Conclusões

Portugal emitiu 60 M  $\text{tCO}_{2\text{eq}}$  para a atmosfera (2017) e 10% destas emissões têm origem na Agricultura.

O compromisso nacional para descarbonizar a economia nacional é público pela publicação do Roteiro para a Neutralidade Carbónica para 2050 – RNC 2050, que responde às exigências dos acordos internacionais sobre o clima, isto é, reduzir 60% das emissões de GEE na agricultura (face a 2005) e aumentar a segregação de carbono na floresta e nos diversos usos do solo para 13  $\text{MtCO}_2$ . Das medidas para o sector destacam-se o fortalecimento da Agricultura Biológica, de Conservação e de Precisão, aumento da área de pastagens biodiversas, a melhoria da digestibilidade da alimentação animal e da gestão de efluentes pecuários, a redução do uso de fertilizantes sintéticos, a diminuição da área de floresta ardida e a melhoria da produtividade florestal. O desafio é ambiental, mas também social, já que o modelo agrícola actualmente dominante – sistema agro-alimentar industrial – perpetuou a fome. Pelo que alterar o paradigma exige o combate à subnutrição, às doenças e assegurar emprego digno e com direitos, desde a produção até ao consumo. Também a ONU reconhece os malefícios para a humanidade e para o planeta causados pela produção agro-pecuária industrializada e apontam como solução o apoio aos pequenos e médios agricultores, como se comprova pela aprovação, em 2018, da Declaração dos Direitos Camponeses e Outras Pessoas que vivem em Zonas Rurais, de que Portugal foi subscritor.

<sup>12</sup> A dieta alimentar, especialmente nos países desenvolvidos, assenta nos alimentos de origem animal e é desequilibrada (muito açúcar, poucas vitaminas e micronutrientes) que leva a que 2 000 milhões de pessoas tenham problemas de saúde (ex. obesidade). O IPCC (2019) analisou diversas dietas e concluiu que, embora a flexivegetariana tenha os melhores resultados quanto às emissões, apontam a dieta mediterrânea como a melhor para a redução das emissões de  $\text{CO}_{2\text{eq}}$  e para a saúde [9].

Assim, os avanços para uma economia soberana e sustentável passam, obrigatoriamente, pela valorização e concretização do Estatuto da Agricultura Familiar, através de um conjunto de medidas públicas capazes de apoiar o trabalho e a vida dos pequenos e médios agricultores e a produção agrícola de base familiar.

### Glossário

#### **Potencial de aquecimento global (PAG/GWP):**

Potencial de aquecimento climático de um gás com efeito de estufa por comparação com o do dióxido de carbono, calculado em termos de relação entre os potenciais de aquecimento de um quilograma de gás com efeito de estufa e de um quilograma de CO<sub>2</sub> num período de 100 anos.

**Dióxido de carbono equivalente (CO<sub>2eq</sub>):** Medida internacionalmente padronizada de quantidade de gases de efeito estufa (GEE). A equivalência leva em conta o potencial de aquecimento global dos gases envolvidos e calcula quanto de CO<sub>2</sub> seria emitido se todos os GEEs fossem emitidos como esse gás.

**Neutralidade carbónica:** Balanço nulo entre as emissões e as remoções de carbono equivalente da atmosfera.

### Siglas

GEE – Gases com Efeito de Estufa

RNC 2050 – Roteiro para a Neutralidade Carbónica

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change - Painel Intergovernmental para as Alterações Climáticas

AC – Alterações Climáticas

CQNUAC – Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas

UE – União Europeia

PNEC – Plano Nacional de Energia e Clima

PNAC – Plano Nacional para as Alterações Climáticas

LULUCF – Land Use, Land-Use Change and Forestry – Uso do solo, alterações ao uso do solo e silvicultura.

CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão

ONU – Organização das Nações Unidas

RNC – Roteiro para a neutralidade carbónica

PAC – Política Agrícola Comum

MO – Matéria Orgânica

### Bibliografia

- [1] *Los pequeños productores y la agricultura sostenible están enfriando el planeta*, Documento de Posición de La Vía Campesina, La Vía Campesina, 2009.
- [2] *Climate Change and Land: An IPCC Special Report on Climate Change, Desertification, Land degradation, Sustainable land management, Food security, and Greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems – Summary for Policemakers*. IPCC 07.08.2019
- [3] *Conselho da União Europeia*, Página Oficial <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/timeline/> (consultada em julho de 2019).
- [4] *A Clean Planet for all A European strategic long-term vision for a prosperous, modern, competitive and climate neutral economy* Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee, the Committee of the Regions and European Investment Bank. 28.11.2018 COM (2018).
- [5] Relatório do Estado do Ambiente. Página Oficial: <https://rea.apambiente.pt/content/emiss%C3%B5es-de-gases-com-efeito-de-estufa> (consultado em julho de 2019).
- [6] Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 – Estratégia de Longo Prazo para a Neutralidade Carbónica da Economia Portuguesa em 2050. Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019. Diário da República, 1.ª série – N.º 123 – 1 de julho de 2019 (pag. 3208 a 3299).
- [7] Revista Voz da Terra n.º 85. Edição: Março/Abril. Páginas n.º 25 e 26. “Sementes Tradicionais: notas introdutórias ao projecto RURALENTEJO/ADERAVIS” Autores: Joaquim Pifano e Victor Lamberto. Confederação Nacional da Agricultura, Coimbra, 2018.
- [8] Notícia do Observador, *ONU quer mudanças na dieta e no uso dos solos para travar alterações climáticas* – Publicada em 08/08/2019 – Página consultada: <https://observador.pt/2019/08/08/onu-quer-mudancas-na-dieta-e-no-uso-dos-solos-para-travar-alteracoes-climaticas/> (Consultada a 12/08/2019)
- [9] Notícia do El País, *Las vacas no tienen la culpa del cambio climático, la tienen las personas* – Publicada em 09/08/2019 – Página Consultada: [https://elpais.com/sociedad/2019/08/08/actualidad/1565285624\\_326508.html?fbclid=IwAR0MKsES0umYbJX7KJ1OEA0kFLUJGyhJxmPk5MozsUOHWM3\\_5NicHzLokCw](https://elpais.com/sociedad/2019/08/08/actualidad/1565285624_326508.html?fbclid=IwAR0MKsES0umYbJX7KJ1OEA0kFLUJGyhJxmPk5MozsUOHWM3_5NicHzLokCw) (Consultada a 12/08/2019).

## Associação Portuguesa de Produtores de Tomate e Produtores de Tomate para a Indústria preocupados com a campanha deste ano no Ribatejo

A Associação Portuguesa de Produtores de Tomate, APPT, filiada na CNA, considera que este é um ano/campanha (até final de Setembro) com muitas adversidades para os Produtores de Tomate para a Indústria do Ribatejo. Esta situação deve-se, sobretudo, ao facto de os custos de produção terem aumentado muito nesta campanha – atingem os 7 mil euros por hectare – devido à necessidade de fazer mais tratamentos nas terras e plantas invadidas por fungos e outras mazelas, a fim de se evitar a perda da produção. Os Agricultores acabam por dividir as terras para separar o tomate que já está a ser devastado do que ainda se encontra em condições e saudável, na esperança de salvar algum produto. Caso contrário, a doença alastra por toda a área da exploração e o prejuízo pode ser total. Em geral, os Agricultores, com muito trabalho e com o aumento dos custos de Produção devido aos tratamentos frequentes à cultura, acabaram por conseguir produtividades de assinalar, próximas às 100 toneladas de tomate por hectare, mas o preço à produção é que está muito baixo. De notar ainda que os custos reais de arrendamento da terra, praticados na região, atingem os mil euros/ano por hectare o que, à partida, é logo um pesado encargo para os “Seareiros” (os arrendatários da terra).

Em contrapartida, é cada vez menor o preço final do tomate para a indústria colocado na fábrica de transformação. Nesta campanha, os preços à produção oscilam entre 70 e 85 euros por tonelada, dependendo da qualidade apresentada à entrada da fábrica. São preços que não compensam os Produtores de Tomate pelo investimento feito, e ainda menos compensadores são se entrarmos em linha de conta com a valorização do trabalho do Agricultor tido na faina. Mesmo juntando-lhes a Ajuda Directa do “RPB - Regime de Pagamento Base”, actualmente na ordem dos 240 euros por hectare, e no caso em que, de facto, são os Seareiros (e não os Proprietários da terra) a receber esta Ajuda, os rendimentos continuam muito baixos. No contexto, as “Organizações de Produtores de Tomate” não conseguem melhores Preços à Produção que as fábricas.



Portanto, o balanço a esta campanha é negativo. Por isso, o número de Produtores de Tomate para a Indústria pode vir a diminuir, com muitos Produtores, desde logo os “Seareiros”, a abandonar a actividade, visto que é insustentável produzir com tão baixos rendimentos. Assim, perde a Região Ribatejana, perde a Produção Nacional, perde o País. Contudo, ainda há a esperança de melhorias no sector, mas é necessário que o Governo intervenha para possibilitar o aumento de rendimentos, nomeadamente através da atribuição de ajudas específicas aos Pequenos e Médios Produtores de Tomate para a Indústria, para os tratamentos fitossanitários desta cultura; apoios para compensar baixas de Preços na Produção por motivos aleatórios; reforço da Ajuda do RPB ao hectare, até a uma base dos 350 euros /ano e com o combate à especulação com o preço do arrendamento de terras na Região.

## Assembleia Geral da BALADI



A BALADI – Federação Nacional dos Baldios, reuniu no dia 27 de Julho, em Vila Real, em Assembleia Geral Eleitoral, com a presença de representantes de Baldios dos distritos de Braga, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Além da abordagem ao actual quadro jurídico dos baldios, a Assembleia discutiu a problemática dos incêndios, referindo-se que apesar de se verificarem pequenas melhorias desde os grandes incêndios de 2017, existe ainda uma grande vulnerabilidade nas áreas da prevenção, gestão, planeamento e combate.

É necessário evoluir rapidamente para um sistema capaz de integrar todos os intervenientes, nomeadamente a componente das

Equipas de Sapadores Florestais e o arrear das medidas de carácter coercivo, outrora tomadas, descurando a vertente pedagógica em detrimento da coima.

Abordou-se, ainda, a implementação dos 10 Agrupamentos dos Baldios que poderão ser um instrumento muito útil e eficiente em termos de prevenção, planeamento e gestão de áreas comunitárias agrupadas.

A Assembleia terminou com a eleição unânime dos novos órgãos sociais para os próximos três anos, com uma lista renovada e rejuvenescida, com um reforço geográfico de regiões até agora não representadas nos órgãos da Federação, não descurando a vertente académica e o novo figurino associativo que se avizinha.

## Assembleia Geral da Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga

A ADADB – Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga, realizou no dia 6 de Julho a sua Assembleia Geral Eleitoral para eleger os Órgãos Sociais da Associação.

Com uma única lista concorrente, com o lema “Defender a Agricultura Familiar da Região”, os sócios eleitos na lista A manifestaram diversas preocupações, particularmente o acordo UE/Mercosul que pode prejudicar a pecuária do país e do distrito; a necessidade de melhorar, divulgar e dinamizar o Estatuto da Agricultura Familiar; mais apoios aos apicultores, particularmente no combate à vespa asiática; e o baixo preço do leite pago à produção.

Os eleitos manifestaram vontade em dinamizar a actividade associativa; divulgar o

Estatuto da Agricultura Familiar e procurar sensibilizar as autoridades competentes para a necessidade de o alterar nas condições de elegibilidade, assim como para a concretização efectiva desta figura essencial para o desenvolvimento da agricultura da região e do meio rural; preparar reuniões para auscultar os agricultores e agricultoras sobre as diversas dificuldades que enfrentam em cada um dos sectores de actividade e contribuir para a resolução dos mesmos. Nesse sentido, serão pedidas audiências a diversas entidades, particularmente à DRAPN – Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e Câmaras Municipais para lhes colocar algumas dessas dificuldades e reclamar o apoio destas para solucionar os diversos problemas existentes.

## União dos Agricultores e Baldios do Distrito de Aveiro e “comissão” local pedem rectificação das obras na zona da Marinha de Ovar



Foto Google Maps

Cerca de 50 Agricultores e moradores da zona lagunar da Marinha de Ovar concentraram-se, a 28 de Agosto, na Câmara Municipal de Ovar, a reclamarem que esta intervenha junto da “Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro” (que gere o projecto de requalificação e valorização da Orla Costeira da zona) para que se rectifique aspectos das obras que, consideram, desrespeitam a propriedade privada, as explorações agrícolas e ameaçam até a segurança dos habitantes.

Uma delegação da UABDA – União dos Agricultores e Baldios do Distrito de Aveiro, foi recebida pelo Presidente da Câmara Municipal de Ovar, a quem expôs as suas principais preocupações, nomeadamente, com as dragagens na marinha local, cujas areias estão a ser desviadas para outros locais, mas que deveriam permanecer na zona para auxiliar ao controlo dos níveis das águas marítimas.

António Valente, da União dos Agricultores e Baldios do Distrito de Aveiro e também dirigente da CNA, afirmou que “o grande pro-

blema disto tudo é o projecto da ‘Polis’ ter sido desenhado num gabinete por gente que não tem em conta determinadas realidades e que não se deu sequer ao trabalho de falar com os Agricultores afectados nem com quem vive no local”. Explicou ainda que “há terrenos de 4.000, 6.000 e 10.000 metros quadrados que foram simplesmente divididos a meio” e, ao que consta, sem previamente pedirem qualquer tipo de autorização.

O Presidente da Câmara de Ovar reconheceu que as preocupações dos Agricultores são legítimas. Contudo, realça o facto de a empreitada ser da responsabilidade da “Polis”, e que só a esta entidade cabe fazer algum ajuste no projecto já em curso.

A Câmara Municipal comprometeu-se a agendar uma reunião, no início de Setembro, com os responsáveis técnicos da “Polis” e com representantes da UABDA para estes apresentarem, uma vez mais, as justas reclamações dos Agricultores da região.

### Subscreva as newsletters da CNA

**Receba directamente no seu e-mail, e em primeira mão, notícias sobre as temáticas “Agricultura”, “Pecuária” e “Florestas”.**

A CNA tem online um portal dedicado à divulgação de conteúdos específicos para os produtores agrícolas e florestais, disponível em [www.inforcna.pt](http://www.inforcna.pt), onde pode subscrever as newsletters informativas sobre as temáticas “Agricultura”, “Pecuária” e “Florestas”, difundidas periodicamente.

Este portal e as newsletters inserem-se num projecto realizado no âmbito de uma iniciativa comunitária promovida pelo PDR2020 e co-financiada pelo FEADER, no âmbito do Portugal 2020, e visa responder às necessidades de informação e capacitação dos activos dos sectores da produção, transformação ou comercialização de produtos agrícolas e florestais.

## **CNA e Filiadas presentes em diversas feiras**



Nos meses de Julho e Agosto, várias delegações da CNA e também da ADACO – Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra, ADAG – Associação Distrital dos Agricultores da Guarda e UADL – União dos Agricultores

do Distrito de Leiria marcaram presença em várias feiras, nomeadamente, na Feira quinzenal de Montemor-o-Velho, Feira dos 23 em Coimbra, Feira de Trancoso (Guarda) e Mercado de Vermoil (Leiria).

Em todas as ocasiões foi distribuída a revista Voz da Terra, assim como boletins informativos que se debruçavam sobre temas do Mundo Rural, sendo que os boletins davam especial atenção à destruição das terras e culturas agrícolas causada pelos javalis e outros animais selvagens.

Como é habitual nestas feiras houve a oportunidade de ouvir os agricultores. Alguns produtores regionais queixaram-se dos preços à produção, como por exemplo da batata, cujo custo de produção é 0,25 cêntimos por quilo, sendo vendida ao consumidor por 0,40 cêntimos por quilo.

## **CNA leva testemunho da Agricultura Familiar portuguesa a iniciativa do projecto BOND realizada em França**

A CNA participou, entre 15 e 17 de Julho, numa oficina realizada em Bergerac, França, no âmbito do projecto BOND, sobre o tema “Relocalização da cadeia de valor em França e na Europa: falamos a mesma linguagem (colectiva)?”.

A iniciativa, promovida pela FN CUMA (Federação Nacional das Cooperativas de Utilização de Material Agrícola, de França), contou com a participação de outros parceiros neste projecto, nomeadamente de Espanha, da Hungria, da Roménia. Um dos objectivos da oficina prendeu-se com o desenvolvimento de parcerias a nível europeu, no apoio às organizações colectivas em prol da valorização das explorações de tipo familiar.

A CNA levou o seu testemunho sobre a situação da Agricultura Familiar em Portugal e falou dos problemas, desafios e soluções que se apresentam no contexto nacional e internacional, destacando a necessidade da sua valorização, enquanto modelo de produção determinante para a sustentabilidade ambiental, social e económica, para garantir preços justos aos produtores e um Mundo



Rural vivo, para uma alimentação adequada e acessível e pelo bem colectivo. Essa valorização passa pela concretização efectiva do Estatuto da Agricultura Familiar, em Portugal, e de outros instrumentos de âmbito regional ou internacional, como a Declaração dos Direitos Camponeses e outras Pessoas que vivem em zonas Rurais ou a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar – 2019-2028.

De recordar que o BOND é um projecto Horizonte 2020 financiado pela UE e liderado pela Universidade de Coventry, do Reino Unido, que a CNA integra junto com 16 parceiros de 12 países europeus.

# Entrevista a João Vieira, Guardião de Sementes

“Tem sido a minha ocupação e preocupação nos últimos 20 anos: preservá-las e transmiti-las a quem estiver interessado nelas.”

*João Vieira, aos 79 anos, pratica uma agricultura de futuro, moderna, como base nos princípios da Agroecologia.*

*É agricultor, guardião de sementes, do património, da tradição e cultura portuguesa. Natural da Póvoa do Cadaval, dedicou-se ao movimento dos pequenos e médios agricultores na Associação de Agricultores do Distrito de Lisboa – AADL, filiada na CNA. Teve tarefas na CPE - Coordenadora Agrícola Europeia (1999 - 2005), na CEVC – Coordenadora Europeia Via Campesina e na Via Campesina Internacional.*



## **Voz da Terra: Como define o tipo de agricultura que pratica?**

**João Vieira:** Baseio a minha actividade agrícola no respeito pela terra, praticando um modelo de produção dentro do conceito de Agroecologia. Produzo com a preocupação de preservar a terra, as sementes e tirar da terra alimentos de qualidade. Estou convencido de que um dos maiores desafios da humanidade neste século XXI será o acesso a uma alimentação de qualidade, que exige que o que sai da terra tenha implícita essa qualidade.

## **VT: É um guardião de sementes de trigo antigo, como é feita a preservação?**

**JV:** Agroecologia para mim é preservar as sementes antigas, que passaram os testes ao longo da história e que têm muito para nos dar. Tenho duas parcelas de trigos antigos: um campo de Trigo de Barbela e um campo com 5 variedades de trigos antigos (moles e rijos) misturados, que é a forma que tenho de os preservar, para futuramente os utilizar separadamente, se assim o entender. O que importa é preservar as variedades que estão em vias de extinção. Tem sido a minha ocupação e preocupação nos últimos 20 anos: preservá-las e transmitir o conhecimento a quem estiver interessado nelas.

## **VT: Porquê o Trigo de Barbela?**

**JV:** A província da Estremadura, hoje Oeste, foi farta em trigos de muitas variedades. O Trigo de Barbela existe aqui depois de muitos séculos por uma razão muito simples: temos

terras arenosas, pouco férteis, neste sopé da serra de Montejunto, e o Barbela era o único que resistia aqui e dava o pão às pessoas.

Contudo, este trigo tem metade da produtividade de um trigo moderno e, também devido à baixa dos preços dos cereais, foi abandonado. Mas, houve um erro de consideração: é mais nutritivo e não necessita de herbicidas.

## **VT: Como traduz o modelo agroecológico na exploração?**

**JV:** Existe uma cobertura vegetal que é enterrada e vai produzir matéria orgânica, não sendo necessário pôr adubos, pois é essa





matéria orgânica que vai produzir o alimento para o trigo da próxima colheita, e a terra fica limpa de ervas. Tudo isto está em equilíbrio. Ao fim ao cabo a terra deu erva e não impediu de dar trigo para nos dar pão.

**VT: Está lançada a semente à terra. Quais são os próximos passos?**

**JV:** Tenho um circuito integrado: produção de trigo de barbeta, moagem própria e pão. Quando chega o bom tempo ceifa-se e debulha-se. De seguida é a moagem e o moinho que disponho é movido com um motor eléctrico em mó de pedra. Tem de ser moído de forma artesanal, mó de pedra, porque se não (a industrial) desintegra o gérmen.<sup>1</sup>

**VT: A questão central do agricultor é incontornável: e o preço?**

**JV:** Quem come este pão está disposto a pagar tudo isto e recebe em troca duas coisas: um pão com um valor nutricional com benefícios para a saúde, e contribui, ele mesmo, um cidadão que não está ligado à terra mas preocupado com o planeta, para preservá-lo sob a forma de uma seara de trigo.

Na agricultura moderna – agroecológica – terá de haver uma aproximação entre quem produz e quem consome. De qualquer maneira, a valorização dos produtos agrícolas passará pela venda directa, porque é muito difícil encontrar espaço nas grandes superfícies para colocar produtos da Agricultura Familiar.

**VT: Qual poderá ser o papel do Estado na promoção de uma agricultura mais sustentável?**

**JV:** Nos últimos anos, a governança tem-se preocupado em abrir espaço às multinacionais e entregar-lhes o sector. Não produzimos cá, vem de fora, segundo eles, mais barato. O problema é que vai hipotecar o futuro,

porque o que existia até aqui foi resultado da transmissibilidade geracional de avós para filhos e netos e isso já não está a acontecer. Actualmente uma ou duas grandes empresas tomam conta de tudo.

A solução passa pela manutenção de uma Agricultura Familiar numerosa em todas as regiões, com o objectivo de produzir a alimentação do povo, num quadro de soberania alimentar, preservando as sementes e o conhecimento.

**VT: Em Agosto de 2017 foi publicado o Decreto-lei que consagra o Estatuto da Agricultura Familiar (EAF), mas a discussão ainda vai muito no início. O que tem a dizer sobre isto?**

**JV:** A Agricultura Familiar terá de ser devidamente valorizada e reconhecida pelos consumidores, naturalmente com preços que compensem e remunerem a actividade agrícola, para que os agricultores continuem a prestar um serviço útil à sociedade, tanto do ponto de vista do fornecimento de alimentos de qualidade como também da preservação da natureza. Penso que está aqui a chave para esse futuro. Não é preciso inventar, é ir buscar o que já se fez, e foi abandonado.

No EAF são anunciadas as grandes linhas para que isso aconteça, agora é pôr em prática e o tempo será o grande mestre.

### **Os desastres da adesão ao mercado comum**

A agricultura portuguesa enfrentou dois grandes desastres: as consequências da adesão à CEE, onde entrou em confronto com agriculturas do norte da Europa com uma estrutura muito elevada de produção, e a integração da Agricultura na OMC, em que as nossas produções passaram a estar confrontadas com a concorrência internacional. Situação agravada com os chamados tratados de livre comércio. Mas não de comércio livre, porque é um espaço reservado exclusivamente para as multinacionais.

No trigo, especificamente, produzimos apenas para alguns dias do ano: primeiro porque desapareceu a empresa pública de abastecimento de cereais e os agricultores ficaram sem um espaço para escoar os seus produtos e depois, com a liberalização dos mercados, passamos a importar trigos a preços que não permitem produzir trigo em Portugal a esse preço.

<sup>1</sup> Embrião do grão de trigo e sua parte mais nobre, já que é ali onde fica concentrada a maioria dos nutrientes do cereal. Fonte de vitamina E, é um poderoso antioxidante que previne o envelhecimento das células e contribui para o aumento da imunidade.



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014 · 2020

## AGRICULTURA FAMILIAR NO PDR2020

### APOIOS

### TIPOLOGIAS DE ATUAÇÃO

CONCURSO DEDICADO

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

OUTROS

Investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização de produtos agrícolas

Operações 10.2.1.1 «Pequenos investimentos nas explorações agrícolas»; 10.2.1.2 «Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas»

Operações 3.1.2, 3.2.1 e 3.2.2 – Investimentos nas explorações agrícolas | Jovens e não jovens  
Operação 3.3.2. Pequenos investimentos na agroindústria

Diversificação de atividades na exploração

—

Operação 10.2.1.3. «Diversificação de atividades na exploração»

—

Cadeias curtas e mercados locais

—

Operação 10.2.1.4 «Cadeias curtas e mercados locais»

—

Preservação da atividade agrícola e florestal nas zonas desfavorecidas

—

—

Dotação específica nas medidas MZD PDR2020 | Medida 9

Ações de informação

Operação 2.1.4 «Ações de informação»

—

—

Agrupamentos de produtores de reduzida dimensão económica

Operação 5.1.1 «Criação de Agrupamentos e Organizações de Produtores»

—

—

Rede Rural Nacional

Ação 20.2.4 «Observação da agricultura e dos territórios rurais»

—

—

# AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

as verdadeiras soluções  
para desacelerar as emissões  
de gases com efeito de estufa  
provenientes da Agricultura  
e do Sistema Alimentar



Não estão tão dependentes de fertilizantes e pesticidas e assentam na policultura, sendo suporte de biodiversidade, de espécies agrícolas e outras que delas beneficiam.



Reduzem significativamente as importações, como de alimentação animal produzida do outro lado do mundo.



Fomentam a manutenção dos prados e pastagens, que são verdadeiros sumidouros de carbono.



Contrariam a intensificação da produção e assentam na integração da produção animal e vegetal.



Defendem a relocalização da produção e os mercados locais, reduzindo distâncias e gastos energéticos para transporte, refrigeração, transformação e embalagem.



**AGRICULTURA FAMILIAR E SOBERANIA ALIMENTAR PODEM ARREFECER O PLANETA  
E ALIMENTAR A POPULAÇÃO SEM COMPROMETER O FUTURO**